



GARANTIA DOS DIREITOS EDUCACIONAIS DOS ESTUDANTES PORTADORES DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISMO

GUARANTEERING THE EDUCATIONAL RIGHTS OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER

GLAUCIA MARIA DE SOUZA

Graduação em Educação Física pela Faculdade Unisa (2005) e Pedagogia pela faculdade Paulista São José 2019; especialista em Bases Fisiológicas e Metodologia do treinamento Desportivo pelas Faculdades UNIFESP (2011); especialista em TEA pela faculdade FAUP 2023 Professora de Educação Física na EE João kopke e 2006 e Professora de Educação Infantil (CEI) na prefeitura de São Paulo.

RESUMO

Este artigo disserta sobre a garantia dos direitos de aprendizagens dos estudantes portadores do Transtorno do Espectro Autismo, apontando para a necessidade de fazer as legislações vigentes de uma Educação Inclusiva, com suporte da Educação Especial e da formação continuada dos docentes. Para isso, inicia trazendo as caracterizações dos sujeitos com TEA no sentido de possibilitar que determinadas especificidades como a dificuldade de comunicação seja evidenciada para favorecer estratégias e práticas pedagógicas adequadas. Em seguida, aborda sobre a Educação Inclusiva, como elemento fundamental para que os estudantes com TEA se encontrem presente no cotidiano do ensino regular, que seja visualizado e que se tornem centrais na organização de propostas e atividades que respeitem suas necessidades. Em continuidade, faz interlocuções entre a Educação Especial e a atuação do docente de ensino regular, demonstrando a importância desta parceria para o desenvolvimento integral dos estudantes autistas e de sua formação cidadã qualificada. Por fim, conclui evidenciando que a formação continuada é dos principais pontos a ser pensado pelo docente, uma vez que esta fornece a construção de saberes que capacitem para trazer práticas pedagógicas que conversem com as especificidades dos estudantes com autismo, de forma a favorecer seu desenvolvimento e sua formação. Traz por objetivo fomentar discussões que irão repercutir em mudanças reais dentro dos espaços escolares diante da compreensão sobre autismo, como

aprendem e qual o papel do docente e da Educação Especial neste cenário. Trata-se de uma pesquisa de revisão de literatura.

Palavras-chave: TEA; Educação Inclusiva; Educação Especial

ABSTRACT

This article deals with guaranteeing the learning rights of students with Autism Spectrum Disorder, pointing to the need to comply with current legislation on Inclusive Education, with the support of Special Education and continuing teacher training. To this end, it begins by characterizing individuals with ASD in order to make it possible for certain specificities, such as communication difficulties, to be highlighted so as to encourage appropriate pedagogical strategies and practices. Next, she discusses Inclusive Education, as a fundamental element for students with ASD to be present in the daily routine of regular education, to be visualized and to become central to the organization of proposals and activities that respect their needs. It goes on to make connections between Special Education and the work of mainstream teachers, demonstrating the importance of this partnership for the all-round development of autistic students and their qualified citizenship training. Finally, it concludes by showing that continuing education is one of the main points to be considered by teachers, since it provides them with the knowledge to bring pedagogical practices that speak to the specificities of students with autism, in order to favor their development and education. Its aim is to foster discussions that will have repercussions on real changes within schools in terms of understanding autism, how children learn and the role of teachers and Special Education in this scenario. This is a literature review.

Keywords: ASD; Inclusive Education; Special Education

INTRODUÇÃO

A escola constantemente se encontra diante de uma diversidade de novos desafios que são apresentados diante de estudos que mostram deficiências sociais na formação dos sujeitos. O histórico que retrata o processo de inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular, apesar de estar em pauta há bastante tempo, ainda se constitui em um destes desafios, uma vez que as transformações tanto na estrutura física quanto nas práticas pedagógicas necessitam de maior formação continuada que implique na conscientização dos profissionais atuantes dentro desta instituição social.

Ao pensar nos estudantes com TEA, parece que este desafio se torna maior, visto que na atualidade o número de estudantes que apresentam este transtorno tem, aumentando

significativamente, e trazendo para escola uma responsabilidade de desenvolvimento integral diante das peculiaridades, especificidades e individualidades destes estudantes.

É notório que muitas pesquisas trazem subsídios para processos de ensino-aprendizagem que tragam com centralidade às necessidades destes estudantes, mas a prática parece estar muito aquém do que deveria ser, solicitando estratégias urgentes para a garantia dos direitos educacionais dos estudantes autistas.

Neste sentido, este artigo traz por objetivo fomentar discussões que repercutem em mudanças reais dentro dos espaços escolares diante da compreensão sobre autismo, como aprendem e qual o papel do docente e da Educação Especial neste cenário, buscando melhorias na qualidade de ensino que é ofertada aos estudantes com TEA.

Para compor este artigo, foi utilizado o método de pesquisa de revisão de literatura com análise crítica e reflexiva de artigos científicos que dissertam parcial ou integralmente sobre este tema.

CARACTERIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem sido um desafio para os profissionais de educação que se encontram em um momento de apropriação de conhecimento sobre o transtorno e das estratégias que são necessárias e importantes para facilitar o processo de ensino-aprendizagem, garantindo a inclusão escolar destes estudantes e sua formação cidadã.

De acordo com Grossi et al (2020), a identificação dos sintomas que indicam o TEA são fundamentais para que sejam pensadas estratégias metodológicas nas escolas, porém nem sempre estes profissionais sabem quais são as especificidades deste público. Os estudantes que apresentam TEA possuem algumas características semelhantes e outras mais individuais, as quais se encontram relacionadas aos modos de vivências e personalidades, ampliando o leque de elementos que precisam ser observados para entender cada estudante com TEA.

Segundo Grossi et al (2020) apesar da identificação de características que podem levar a um estudo sobre a presença do TEA nos estudantes, a ciência ainda não conseguiu trazer informações mais precisas sobre as causas que levam ao nascimento de uma criança com autismo. Porém, um ponto que sempre é levantado é um histórico e hereditário de presença de sujeitos com TEA na família, visto que as hipóteses apontam para fatores genéticos. Outro ponto relacionado ao lado genético formado ainda na barriga da mãe pode ser citada fatores de risco que estão relacionados ao ambiente como infecções neonatais.

Para Oliveira et al (2017), é possível levantar algumas características como as dificuldades apresentadas pelo estudante com TEA de socialização, assim como de comunicação com o outro, até para relatar suas necessidades. O rol de interesses do estudante com TEA é muito restrito e direcionado. Estes pontos são os mais evidenciados e podem aparecer com diferenças em cada estudante com autismo, visto que o próprio TEA tem níveis diferentes que são identificados por uma equipe especializada multifuncional.

Corroborando com a fala descrita acima, Oliveira et al (2017), os estudantes que apresentam autismo podem demonstrar comportamentos comuns e diversos entre si, os quais fazem parte tanto do transtorno quanto da personalidade e das intervenções que foram realizadas como terapias, por exemplo. Dentre estas características, a dificuldade de comunicação é a que se torna mais saliente, fazendo com que busquem formas de se expressarem como gritos, birras, risos, repetição de palavras, entre outros.

De acordo com Pezzi et al (2020), o TEA tem como sua principal especificidade, justamente, esta comunicação que nem sempre é efetiva, principalmente, quando não são formados vínculos afetivos. O rol de interesses do estudante com TEA se torna restrito, o que demanda observações mais aproximadas para tomar estes interesses como ponto de partida na organização das práticas pedagógicas ofertadas, de forma a possibilitar as aprendizagens deste estudante.

Ainda na perspectiva de Pezzi et al (2020), as características do TEA podem ser observadas desde a primeira infância, as quais vão demonstrando prejuízos e limitações no desenvolvimento dos estudantes

Ratificando esta ótica, Santos e Vieira (2017) expõem que a interação entre pares, as relações comunicativas e os comportamentos excêntricos apresentados pelo estudante autista se encontram correlacionadas ao grau de TEA que cada um apresenta. O TEA pode se apresentar em níveis leves, moderados e severos, diagnosticados por uma equipe multifuncional especializada. Dessa forma, não se torna possível homogeneizar os estudantes autistas, devendo se atentar às suas intelectualidades e suas limitações, o que não confere modelos pré-estabelecidos e sim possibilidades de ações.

A primeira infância, segundo Oliveira et al (2017), é um dos momentos em que o autismo pode ser identificado, precisando de um conhecimento sobre o TEA para o apontamento da possibilidade de um estudante possuir o transtorno. Ao ter um diagnóstico precoce as intervenções possibilitam um acompanhamento que infere na conquista de autonomia destes estudantes, o que é fundamental para sua vida social. Infelizmente, é possível observar que muitas famílias demoram a procurar auxílio especializado, uma vez que compreender que existe uma criança autista sob sua responsabilidade é um processo que leva um pouco de tempo para ser aceito, porém é fundamental que a busca de terapias seja o mais rápido possível, pensando no bom desenvolvimento desta.

Existem situações e comportamentos que podem ser identificados com facilidade nas relações que a criança com TEA constitui com o outro e com o meio, necessitando que o observador detenha conhecimento sobre o transtorno tanto para identificar quanto para não estigmatizar as crianças. Para Santos e Vieira (2017), não somente o atraso na fala pode ser indicativo de que uma criança tenha TEA, outros fatores precisam fazer parte desta análise, uma vez que quando muito pequenas, a oralidade se encontra em construção.

Enquanto a fala está neste processo, as relações interpessoais podem chamar mais atenção, principalmente quando as crianças passam a brincar juntas, tornando possível evidenciar o isolamento, o que se torna muito comum na criança com TEA. Este isolamento se dá pela falta de

reciprocidade na interação, provinda da criança com autismo. Outro elemento importante que pode se constituir como aspecto para identificação do autismo é a necessidade de uma rotina fechada, levando a criança a ficar incomodada com a mudança nesta rotina.

Ao ter contato com estas primeiras informações sobre características e modos de ação, conforme Santos e Vieira (2017), é possível salientar que o TEA não é linear, podendo ser manifestado de formas diferentes em cada estudantes, assim como não existem fórmulas para a identificação do transtorno. São as relações que vão sendo estabelecidas, os vínculos criados com os estudantes que favorecem que elementos relacionados ao autismo sejam visualizados, o que leva a necessidade de orientação para que a família busque acompanhamento especializado que possa constatar ou não o TEA.

Neste sentido, ter conhecimento sobre o que é o TEA e suas características é fundamental, como colocam Santos e Vieira (2017). Por meio deste conhecimento e, portanto, do diagnóstico realizado pela equipe multifuncional, que o professor será capaz de constituir práticas pedagógicas que respeitem as especificidades do estudante com autismo, assim como buscar estratégias metodológicas que sejam atrativos para estes, inferindo no seu desenvolvimento integral e aquisição de aprendizagens significativas, o que garante o princípio de inclusão defendido pela educação contemporânea.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO GARANTIA DOS DIREITOS EDUCACIONAIS

A educação inclusiva, de acordo com Pezzi et al (2020), traça caminhos em que toda a diversidade seja exaltada, aceita e levada em consideração nos momentos de organizações e planejamentos de aulas no cotidiano escolar. A legislação pertinente aponta para a importância da inclusão quando esta é referente aos estudantes que apresentam deficiência, mas o cenário visualizado nem sempre é convidativo para estas crianças, se mostrando apenas como uma obrigação a cumprir, o que não tem efetivado esta inclusão e nem observadas as necessidades específicas destes estudantes.

Sobre esta crítica, Gaia (2017) reitera que as políticas públicas precisam ser colocadas em práticas para a garantia dos direitos educacionais e de desenvolvimento humano dos estudantes com deficiência, entendendo que a instituição educacional é social e possuía a função de ser formativa para que todos os sujeitos sejam capazes de constituírem visões críticas e reflexivas como cidadãos transformadores do meio.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) é citada por Santos e Vieira (2017) para demonstrar que esta não pode apenas ficar no papel. Segundo estes autores, esta legislação evidencia que não são apenas condições de acesso que precisam ser garantidas para os estudantes com deficiência, mas

a garantia de permanência, o que inclui os recursos, adaptações e ações dos profissionais que se encontram nestes estabelecimentos educacionais, na defesa dos direitos dos estudantes com deficiência. A atuação de todos os setores, exposta na legislação, deve ocorrer em colaboratividade em que a articulação de possibilidades e estratégias de ações sejam de responsabilidade de todos, assim como das famílias.

A educação inclusiva, conforme Ferreira et al (2019), tem muitos desafios para serem superados. Sobre isto, estes autores colocam, abordando a LBI, que:

Em seu texto, a educação inclusiva é apresentada como um paradigma educacional apoiado na noção de direitos humanos e alinhado à construção de sistemas educacionais inclusivos, onde caberiam mudanças substanciais na cultura da escola e na sua estrutura, secularmente estabelecidas, de modo que todos os alunos tivessem suas especificidades atendidas. O texto ainda assinala que este processo demanda: práticas orientadas pela igualdade e diferença como valores indissociáveis capazes de promover a superação da lógica da exclusão; de confrontar práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las; de atender às necessidades específicas de todos os alunos e alunas. Assim, busca-se a eliminação da lógica da exclusão, de modo a garantir uma educação de qualidade para todos num espaço comum e diverso. (FERREIRA et al, 2019, p. 7)

Para Pezzi et al (2020), é inegável que na atualidade o processo de inclusão pode se tornar cada dia mais complexo, o que gera estranheza visto que as literaturas, pesquisas e estudos sobre a educação inclusiva estão cada vez mais fortalecidos e veiculados no meio educacional. Um dos pontos importantes que precisa ser visualizado é que tanto as políticas públicas que se sustentam na LBI quanto a atuação docente mais aproximada dos estudantes deficientes, se articulam para o melhor desenvolvimento dos estudantes deficientes, assim como primam por uma formação cidadão que lhes possibilite não só autonomia no cotidiano diário, mas atuar de forma a transformar a sociedade, não diferindo dos ideais para os estudantes sem deficiência.

Oliveira et al (2017) trazem um ponto importante quando relembram sobre os movimentos que passam a dar visão à inclusão escolar. Segundo estes autores, o fortalecimento desta perspectiva se deu ainda nos anos 90, sendo internacional e nacional as discussões que permeavam a questão pensando em formas de tornar possível esta inclusão. Apesar de projetadas ações há cerca de 30 anos, na atualidade vemos uma maior movimentação das escolas para garantia destes direitos para além da matrícula dos estudantes com deficiência nas escolas regulares. Os desafios estão sendo enfrentados e a falta de conhecimento mais aprofundado para o assunto tem sido considerada a principal barreira a ser transpassada, a fim de efetivar a inclusão dos estudantes com deficiência.

Dentre as diversidades que precisam fazer parte do cotidiano e serem inclusas no que concerne sobre o acolhimento e compreensão das necessidades de cada estudante, os estudantes autistas parecem ser parte dos desafios citados para que realmente sejam incluídos no cotidiano

educacional. Para Oliveira et al (2017), este desafio não se dá somente na educação, mas na área da saúde também

Diante desta perspectiva, Pezzi et al (2020) também trazem a falta de conhecimento dos profissionais de educação sobre o TEA, o que contribui para esta dificuldade em sua inclusão. Associada à falta de conhecimento, existe uma linha por trás da ignorância que se estabelece pela constituição de pré-julgamentos sobre o estudante autistas, suas características e limitações. A distorção sobre o TEA e a dificuldade de estabelecimento de comunicação entre o professor e o estudante autista podem ser citados como elementos que acabam por excluir estes mesmos estando presentes todos os dias na escola, sem um olhar mais sensível para a forma com que aprendem.

Em concordância, Vasconcelos (2022) aborda que a inclusão dos estudantes TEA tem se tornando cada vez mais difícil pela dificuldade de os profissionais de ensino entenderem sobre o transtorno. Portanto, a necessidade de formação continuada qualificada para estes profissionais é importante e urgente para a garantia do direito educacional dos estudantes com deficiência.

EDUCAÇÃO ESPECIAL COMO PARCEIRA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

As práticas pedagógicas que são pensadas levando em consideração as especificidades do estudante autistas, segundo Ferreira et al (2019), devem se basear em propostas que mostrem compreensão sobre a diversidade de aprendizagens tendo como consciência a individualidade de cada estudante autista. Tais propostas se fundem com os conhecimentos que o professor vai ampliando ao buscar a formação continuada específica que lhe oferece suporte para articular o cotidiano as reais necessidades de aprendizagens destes estudantes.

Ainda na perspectiva de Ferreira et al (2019), os estudos que passaram a ser delineados sobre os estudantes deficientes que já possuem algumas décadas, vieram do interesse de grupos privados e não do Estado como um todo. Foram estas pesquisas que acabaram levantando a necessidade de atuação dos órgãos públicos e que derivou as legislações vigentes, porém o arcabouço de formação ofertada por estabelecimentos públicos sobre o assunto só tem se destacado na atualidade em que o TEA tem aparecido com maior relevância que antes, visto que é possível visualizar o aumento de estudantes autistas na escola.

Para Gaia (2017), os avanços na Educação Especial, os quais favorecem o acompanhamento dos estudantes com deficiência, pois suas necessidades e limitações se tornam centrais na organização das práticas pedagógicas, se torna um direito destes estudantes, porém nem sempre esta é valorizada diante da sua função, atribuindo a ela toda responsabilidade sobre os avanços dos estudantes deficientes, o que se torna um erro por ser uma parceira do cotidiano e dos professores de sala de aula. Esta perspectiva em que a Educação Especial passa a perder a função para que foi

constituída precisa ser transformada com urgência para que atenda a sua responsabilidade efetivamente.

A Educação Especial tem a função, de acordo com Gaia (2017), de possibilitar junto com a escola que os direitos de aprendizagens dos estudantes com deficiência sejam garantidos nesta instituição social, com vistas a combater a exclusão que fez e ainda faz parte do cotidiano escolar. A Constituição Federal traz os direitos de todos, o que deve ser parte das responsabilidades da escola, primando pela inclusão dos estudantes com deficiência neste espaço e cotidiano.

Neste sentido, Ferreira et al (2019) apontam para a importância de a escola dar subsídios para os atendimentos das necessidades do estudante com TEA como a utilização de metodologias que facilitem o processo de ensino aprendizagem seja na Educação Especial seja no dia a dia das aulas que ocorrem dentro da sala. A Educação Especial faz parte do Projeto Político Pedagógica da escola, precisando ser visualizada como um recurso fundamental para o desenvolvimento dos estudantes com autismo, a qual precisa estar em parceria com as aulas regulares, possibilitando a organização de práticas pedagógica que levem em consideração as especificidades do estudante autista.

A garantia de acesso e permanência dos estudantes autistas na escola é lei, assim como a Educação Especial que fornece instrumentos metodológicos que inferem nas aprendizagens significativas destes estudantes diante de sua forma de conceber, ser e estar no mundo. De acordo com Santos e Vieira (2017), a inclusão vai além destes dois itens, necessitando que a escola compreenda que precisa se ressignificar para atender as necessidades deste público e atender a sua formação formadora que deve atingir a todos os estudantes da escola.

Dessa forma, a Educação Especial, citada por Ferreira et al (2019), se constitui como um meio fundamental para a garantia desta inclusão. Os autores evidenciam que:

Nesse sentido, pode-se compreender o AEE como um dispositivo (lugar ou serviço), que vem possibilitar a perspectiva inclusiva, a qual não se vê concretizada apenas em função de uma Política que regulamente, oriente e garanta sua função e funcionamento. Aspectos de toda ordem, os quais envolvem, por exemplo, a cultura local de onde tanto as escolas, quanto os espaços especializados historicamente substitutivos à escolarização, coexistem, torna-se fator suficiente para que tal perspectiva reproduza um *status quo*, legitimando ofertas segregadoras que em nada modifiquem a situação de estigmatização social. (FERREIRA et al, 2019, p. 15)

Para Grossi et al (2020), a Educação Especial tem profissionais docentes que se pautam em um conhecimento de uma formação continuada que lhes dá sustento nas intervenções no processo de ensino-aprendizagem, as quais buscam trazer instrumentos que estejam de acordo com as necessidades dos estudantes para que ampliem seus saberes. Ao ter propriedade de conhecimento sobre as características e especificidades dos estudantes autistas, estes profissionais trazem pontos de partidas e recursos metodológicos que vão estimular a curiosidade e o interesse destes estudantes para construir seus conhecimentos, revelando-se na aquisição de aprendizagens realmente

significativas e que serão utilizadas no seu cotidiano de vivências sociais, dentro e fora do ambiente escolar.

A elaboração de um currículo adequado que converse com o regular é importante para que os estudantes aprendam sobre elementos importantes para sua formação cidadã. Segundo Grossi et al (2020), o currículo precisa ser funcional, ou seja, ter significado para os estudantes os elementos que são aprendidos, os conceitos e conteúdos, conversando com suas realidades na perspectiva de encontrar funcionalidade para o que é aprendido. Um plano educacional individualizado produzido pela equipe de Educação Especial juntamente com os docentes regulares é de suma importância para que cada especificidade e individualidade dos estudantes com deficiência sejam exaltadas, a fim da construção de estratégias metodológicas que são pensadas nas práticas pedagógicas pensando no desenvolvimento integral destes.

Vale ressaltar que modelos pré-definidos não atendem as especificidades dos estudantes autistas com perfeição, visto que as individualidades estão muito presentes. Tais modelos podem servir de motivação para as adequações necessárias como colocam Grossi et al (2020), devendo o docente ficar engessado a eles, uma vez que as tentativas podem ser frustrantes tanto para o estudante com autismo quanto para o docente. O vínculo afetivo e o conhecimento sobre quem são os estudantes em suas essências são pontos importantes que devem ser levados em consideração ao avaliar quais as melhores práticas pedagógicas a serem organizadas para favorecer o processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, se mostra essencial as relações que são estabelecidas no cotidiano educacional entre docentes seja da Educação Especial seja do ensino regular com os estudantes autistas, pois estas relações darão subsídios para compreender como cada estudante com TEA aprende, favorecendo a constituição de planejamento adequados e que trarão resultados positivos para o desenvolvimento integral destes estudantes e poderão favorecer a formação cidadã que almejada na escola, com a capacidade de transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos aspectos apresentados no teor deste artigo, foi possível identificar que a inclusão de estudantes com autismo ainda se constitui como um desafio para os docentes no espaço escolar atual, uma vez que a falta de conhecimento tem impactado diretamente nas ações que são realizadas dentro da escola. Porém, avanços se tornam mais perceptíveis pelo entendimento das legislações sobre inclusão que consolidam sua efetivação no cotidiano escolar, fazendo com que estes visualizem as necessidades dos estudantes, precisando passar para um outro nível em que estas necessidades sejam o cerne das organizações de práticas pedagógicas adequadas para o desenvolvimento integral dos estudantes com TEA e sua formação cidadão, objetivos estes da escola.

Primeiramente, conhecer sobre o transtorno e levantar caracterizações que sugerem que o TEA pode se tornar um grande aliado para pensar nas estratégias de ações a serem realizadas. Este conhecimento não dá ao docente o certificado de especialização, a fim de identificar e conferir laudos, mas facilita no momento de orientar os familiares a buscarem especialistas que sejam capazes de analisar diante de suas especialidades e multifuncionalidade as relações entre o aprender e como ensinar, se baseando nas individualidades e especificidades de cada estudante.

Quando comprovado o TEA por meio de laudo médico, os docentes precisam buscar compreender quais são seus interesses e como estes podem ser utilizados como estímulo para ensinar os conteúdos e conceitos que fazem parte do currículo educacional. As estratégias metodológicas vão sendo constituídas com a ampliação do saber do docente, o qual não deve buscar modelos prontos para ser aplicados e sim modelos para adaptar a cada realidade como forma de inspiração para a constituição de suas próprias práticas pedagógicas.

Neste sentido, a aproximação com os docentes que atuam na Educação Especial é fundamental, uma vez que estes têm maior conhecimento sobre a área educacional e sobre os estudantes com autismo, visto que esta deve estar presente na escola e no acompanhamento de todos os estudantes que apresentam alguma peculiaridade biológica que infere no processo de ensino-aprendizagem.

A articulação de práticas pedagógicas conjuntas, favorece em grande escala o desenvolvimento dos estudantes com autismo dentro e fora da sala de aula. A Educação Especial ocupa um espaço importante na formação dos estudantes com TEA, uma vez que auxilia o docente nas relações e interações que são estabelecidas no cotidiano escolar, assim como oferta momentos individuais ou em grupos pequenos para acompanhar esta estudante, se familiarizando ainda mais com sua forma de aprender.

Entendendo estas articulações, a escola passa a caminhar mais efetivamente para uma educação inclusiva e qualificada para os estudantes com TEA, atendendo as premissas legislativas e garantindo os direitos de aprendizagens destes estudantes.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá et al. **Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva.** *Educ. Real.*, v. 44, n. 1, 2019.

GAIA, Ronan da Silva Parreira. **Educação Especial no Brasil: análises e reflexões.** 2017. Disponível em: <<https://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20170719100610.pdf>>. Acesso 20 mar. 2024.

GROSSI, Breno Henrique Ribeiro et al. **O processo de ensino e aprendizagem dos alunos com TEA nas escolas regulares: uma revisão de teses e dissertações.** *Cad. Pós-Grad. Distúrb. Desenvolv.*, São Paulo, v.20, n.1, 2020

OLIVEIRA, Suely de Lemos Alves et al. **Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura.** *Educ. rev.*, v. 33, 2017.

PEZZI, Fernanda Aparecida Szarecki et al. **Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes.** *Psicol. Esc. Educ.*, v. 24, 2020.

SANTOS, Regina Kelly dos Santos; VIEIRA, Antônia Maira Emelly Cabral da Silva. **Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional.** *Revista Includere*, v. 3, n. 1, 2017.

VASCONCELOS, Joelson Menezes de. **Inclusão escolar da criança e do adolescente com TEA: uma revisão sistemática de literatura de 2015 a 2021.** *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 33, 2022.